



CLIPPING INDÚSTRIA

Brasília, 31 de janeiro de 2012 às 10h46
Seleção de Notícias

CNI
NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS
Clipping Nacional



Valor Econômico/BR

Temas de Interesse | Seção Economia - mídia nacional

| | |
|------------------------------------|----------|
| Commodities Agrícolas | 4 |
|------------------------------------|----------|

EMPRESAS

O Estado de S. Paulo/BR

CNI

| | |
|---|----------|
| Brasileiro deve consumir menos no início deste ano | 5 |
|---|----------|

ECONOMIA

CNI

| | |
|--|----------|
| A Argentina é um problema bom para o Brasil, diz Garcia | 6 |
|--|----------|

ECONOMIA

Temas de Interesse | Seção Economia - mídia nacional

| | |
|--|----------|
| Brasil é diferente e por isso resiste à crise, afirma Dilma | 7 |
|--|----------|

ECONOMIA

Temas de Interesse | Seção Economia - mídia nacional

| | |
|--|----------|
| Governo da China perde batalha na OMC | 8 |
|--|----------|

ECONOMIA

Temas de Interesse | Comércio Internacional

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Diplomacia alternativa | 10 |
|-------------------------------------|-----------|

NOTAS & INFORMAÇÕES

Folha de S. Paulo/BR

Veja mais

| | |
|---|-----------|
| Cai parcela da dívida pública ligada à taxa básica de juro | 12 |
|---|-----------|

PODER

CNI

| | |
|---|-----------|
| Inflação é o que mais preocupa o brasileiro, diz CNI | 13 |
|---|-----------|

PODER

Temas de Interesse

| | |
|---|-----------|
| Mercado reage a BC e prevê juros maiores em 2013 | 14 |
|---|-----------|

PODER

Temas de Interesse | Artigos

| | |
|----------------------------------|-----------|
| Benjamin Steinbruch | 15 |
|----------------------------------|-----------|

BENJAMIN STEINBRUCH

O Globo/BR

| | |
|--|-----------|
| CNI | |
| Até na indústria, a desigualdade impera no desempenho dos setores | 17 |
| <small>ECONOMIA</small> | |
| Temas de Interesse Comércio Internacional | |
| EUA vencem ação contra China na OMC | 19 |
| <small>ECONOMIA</small> | |
| | |
| Brasil Econômico/BR | |
| Temas de Interesse Comércio Internacional | |
| Variações do Estado-capitalismo | 20 |
| <small>PONTO FINAL</small> | |

Commodities Agrícolas

EMPRESAS

Maior oferta Os futuros de cacau recuaram ontem na bolsa de Nova York diante de informações de que a Costa do Marfim, maior produtor mundial da amêndoa, vai começar um leilão de venda do produto no mercado spot antes do início da próxima colheita, em outubro. Com esse indicativo de grande oferta, o mercado reagiu mal e o contrato com vencimento em maio fechou com desvalorização de US\$ 121 a US\$ 2.310 a tonelada. Segundo especialistas ouvidos pela agência Bloomberg, os exportadores podem ter de fixar e vender não somente a atual safra, mas também a de 2012/13. Isso vai colocar alguma pressão nos futuros, disse um analista. No mercado de Ilhéus e Itabuna (BA), a arroba da amêndoa fechou o dia a R\$ 67,50, queda de 5,3%, segundo a Central Nacional de Produtores de Cacau.

Retenção de cargas A preocupação com a retenção de cargas de suco de laranja do Brasil e do Canadá impulsionou os preços da commodity ontem. Em Nova York, os contratos para maio fecharam a US\$ 2,0230 por libra-peso, alta de 115 pontos. Na sexta-feira, autoridades americanas barraram 11 carregamentos de suco com a presença do fungicida carbedazim, proibido nos EUA. As pessoas estão se preparando para um mercado altista no longo prazo, disse Michael Smith, da T&K Futures & Options, à Bloomberg. Se o preço não romper US\$ 2,26 na próxima semana, é possível que já tenhamos chegado a um limite, ponderou Fain Shaffer, da Infinity Trading. O produtor paulista recebeu ontem R\$ 7,98 pela caixa de laranja pera, mesmo valor que na sexta-feira, segundo o Cepea.

Mudança de humor Os preços futuros da soja sofreram forte queda ontem na bolsa de Chicago. Os contratos com vencimento em maio fecharam com desvalorização de 33,25 centavos de dólar, cotados a US\$ 11,95 por bushel na bolsa americana. Analistas ouvidos pela Dow Jones Newswires disseram que especuladores liquidaram posições no mercado de soja com o objetivo de embolsar parte dos ganhos registrados nos pregões anteriores. A perspectiva de melhora do clima na América do Sul, onde as lavouras de grãos vinham sofrendo o efeito de uma forte estiagem, e a alta do dólar em dia dominado pela aversão ao risco nos mercados financeiros abriram caminho para as vendas. No mercado doméstico, o indicador Cepea/Esalq/BM&FBovespa para a soja ficou estável, em R\$ 48,22 por saca.

Chuva na América do Sul As especulações de que as chuvas recentes possam amenizar os efeitos da seca sobre a produção de grãos da América do Sul pressionaram as cotações do milho ontem. Em Chicago, os contratos para maio encerraram o dia a US\$ 6,3775 por bushel, queda de 9,75 centavos de dólar. De acordo com analistas ouvidos pela Bloomberg, as melhores condições climáticas na região podem reduzir a demanda pelo milho produzido nos EUA. As chuvas serão benéficas para estimular a produtividade, disse Chad Henderson, da Prime Agricultural. As chuvas vão amenizar a deterioração das lavouras e frear as compras de grãos dos EUA, acrescentou. No mercado doméstico, o indicador Esalq/BM&FBovespa para o milho fechou com ganho de 0,23%, a R\$ 31,16 a saca de 60 quilos.

Brasileiro deve consumir menos no início deste ano

ECONOMIA

De acordo com o levantamento da **CNI**, a maior preocupação do consumidor continua sendo a inflação

Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Os brasileiros começaram 2012 menos propensos a consumir do que estavam no início do ano passado.

De acordo com o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), medido pela **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, apesar de o indicador ter ficado praticamente estável nos últimos meses, o resultado de janeiro foi 1,5% inferior ao obtido no mesmo período de 2011.

Na comparação com dezembro, o Inec até subiu um pouco, com variação positiva de 0,2%.

Mas a própria **CNI** destacou ontem que "o índice encontra-se empatado a relevado na comparação com a série histórica, mas o otimismo já foi maior".

A maior preocupação dos consumidores continua sendo a inflação, com 69% dos entrevistados esperando uma alta nos preços nos próximos meses.

Foi justamente esse quesito que puxou o índice para baixo na comparação anual. Em janeiro deste ano, essa componente do indicador piorou 7,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Apesar da melhora na comparação como resultado de dezembro, a expectativa dos consumidores em relação ao emprego ainda é 3,1% pior que a verificada em janeiro de 2011.

A **CNI** destaca, porém, que essa variável inverteu a tendência de agravamento do pessimismo que vinha sendo registrada nos meses anteriores.

De acordo com o economista da entidade, Marcelo Azevedo, o maior otimismo das pessoas sobre o crescimento das vagas no mercado de trabalho se deve à confiança de que os contratos temporários para as vendas de fim de ano sejam efetivados neste começo de 2012.

Dívidas. Da mesma forma, mesmo melhorando na comparação com dezembro, o endividamento das famílias ainda é 4,4% superior ao do começo do ano passado.

As expectativas com relação à renda pessoal também estão piores, 0,9% mais baixas.

Dentre as diversas perguntas feitas aos entrevistados, a que obteve melhor desempenho na comparação com janeiro de 2011 foi a que aborda a disposição dos consumidores por compras de bens de maior valor.

Mesmo com uma queda de 1,7% ante dezembro, o resultado ainda é 2,2% mais positivo do que o registrado no começo do ano passado.

Outro indicador que melhorou é a avaliação sobre a situação financeira do País, com índice 1% superior ao do mesmo período de 2011. "O 13.º salário pode ter participação nesse maior otimismo sobre a situação financeira e endividamento", avalia Azevedo.

Análise

MARCELO AZEVEDO ECONOMISTA DA **CNI**

"O maior otimismo das pessoas sobre o crescimento das vagas no mercado de trabalho se deve à confiança de que os contratos temporários para as vendas de fim de ano sejam efetivados neste começo de 2012."

A Argentina é um problema bom para o Brasil, diz Garcia

ECONOMIA

Para o assessor de Dilma, os países passam por problemas de difícil solução, mas é preciso se acostumar a eles

A Argentina "é um problema bom" para o Brasil, afirmou Marco Aurelio Garcia, assessor de política externa da presidente Dilma Rousseff, em meio a novos conflitos comerciais entre os dois países. Garcia fez declarações ontem ao jornal Página/12, de Buenos Aires.

Para ele, os países passam por problemas derivados de desequilíbrios econômicos, alguns de difícil solução, "mas é preciso se acostumar a eles". Há dez dias, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, **Fernando Pimentel**, criticou o protecionismo comercial da Argentina.

Já Marco Aurélio justificou as declarações do ministro.

"Nenhuma declaração significa, nem por parte do governo, nem de Pimentel, um desejo de descartar a importância de nossa relação: é absolutamente fundamental para as duas economias", afirmou. "A Argentina é um grande parceiro comercial do Brasil e o Brasil é um grande parceiro comercial da Argentina.

Os dois ganham." O **presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)**, **Paulo Skaf**, afirmou na semana passada que a relação bilateral sofreu um desgaste com a "falta de confiança" por causa do protecionismo argentino.

Skaf reiterou a ofertada **Fiesp** de ajudar a Argentina para que o país mantenha o superávit de sua balança comercial (da ordem de US\$ 11 bilhões em 2011) e que compreende que Buenos Aires esteja "preocupado" com as importações.

A **Fiesp** declarou que pretende pedir um encontro com a presidente argentina, Cristina Kirchner, para fazer uma proposta amigável que acabe com as tensões e conflitos. A política protecionista de Cristina também despertou críticas de empresários e autoridades do Paraguai e Uruguai, parceiros da Argentina e do Brasil no **Mercosul**, o maior bloco comercial da América Latina. A Argentina pretende substituir importações no setor de peças de automóveis e eletrodomésticos, entre outros produtos que normalmente compra do Brasil, cuja atividade industrial encerrou 2011 com uma queda intensa por causa de uma demanda menor, segundo a **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**./EFE

Brasil é diferente e por isso resiste à crise, afirma Dilma

ECONOMIA

Para ela, o que empurra o Brasil para a frente é o povo; 'Nosso modelo é diferente', discursou em evento em Camaçari (BA)

Tiago Décimo CORRESPONDENTE / SALVADOR

A presidente Dilma Rousseff disse ontem, durante evento realizado em Camaçari, na região metropolitana de Salvador, que o Brasil não sofre efeitos maiores da crise econômica mundial por ser um país "diferente".

"Hoje, no mundo, nós vemos países até então desenvolvidos serem países que lideram o campeonato de quem mais desemprega no mundo- o Brasil é diferente, nosso modelo é diferente dos outros modelos", afirmou a presidente.

"Para nós, o Brasil vai crescer se as pessoas melhorarem de vida, porque, para nós, quem é a maior força que empurra o Brasil para a frente é seu povo, porque são consumidores, trabalhadores, empresários. São aquelas pessoas que criam aquele ciclo muito bom, que uma coisa puxa a outra. Quem consome ao mesmo tempo cria oportunidade e, com isso, a roda vai girando e o Brasil vai crescendo", complementou.

Dilma participou, na cidade baiana, da assinatura da ordem de serviço para o início das obras de revitalização urbanística da Bacia do Rio Camaçari.

O projeto de urbanização da bacia hidrográfica prevê, além da construção da rede de saneamento básico

da região, da recuperação ambiental da área, da proteção de encostas e da instalação de rede de iluminação pública, ao custo de R\$ 163 milhões, a construção de 2.357 unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, destinado a famílias com renda de até R\$ 1,6 mil.

Os investimentos previstos são de R\$112 milhões e a população beneficiada é estimada, pelo governo, em 90 mil pessoas.

Habitação. Durante o discurso, Dilma também criticou os governos anteriores ao do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, segundo ela, não davam importância à política habitacional.

"O Brasil passou mais de 20 anos sem ter uma política real de habitação", afirmou a presidente. "Isso mostra a pouca importância que lideranças políticas e governos deram a uma questão que é essencial. A casa é, talvez, a coisa mais importante para qualquer família.

É a garantia de segurança, de proteção e acolhimento para nossas crianças, nossos filhos." Orgulho. A presidente disse que é um "extremo orgulho" entregar ou lançar uma obra do Minha Casa, Minha Vida, em especial quando ela "tem ligação com retirada da população de área de risco". "Uma das coisas mais importantes que nós mudamos é a política habitacional", afirmou.

"Foram, são e serão milhares, milhões de pessoas no País que vão ser beneficiadas com o Minha Casa, Minha Vida."

Governo da China perde batalha na OMC

ECONOMIA

Organismo condenou as políticas de Pequim de limitar as exportações de matérias-primas

Jamil Chade

Países ricos venceram uma disputa contra a China para garantir o livre acesso de matérias-primas. A indústria europeia já alerta o Brasil a não seguir a mesma linha e criar novos impostos de exportação de minérios e outras **commodities** se não quiser enfrentar o mesmo destino.

Ontem, a **Organização Mundial do Comércio (OMC)** condenou as políticas de Pequim de limitar as exportações de seus recursos naturais, em um processo que estabelece um precedente para todos os países exportadores de **commodities**.

A China impunha barreiras de exportação a nove minérios. A estratégia tentava garantir que empresas instaladas no país tivessem acesso a esses produtos a um preço mais baixo, elevando a competitividade de seus produtos finais. A disputa envolvia zinco, bauxita, magnésio e outros minerais fundamentais para a produção química e de automóveis.

Ao restringir as exportações desses minerais, a China promoveu uma alta nos preços internacionais, prejudicando indústrias em todo o mundo. Já as empresas locais tinham acesso a custo bem mais baixo.

Pequim alegou que as medidas de restrição tinham como objetivo impedir a exploração descontrolada das reservas. Mas os Estados Unidos, a Europa e o México entraram com um processo na **OMC**, se queixando de que a taxa de exportação chinesa dava uma competitividade injusta às empresas locais. Num primeira avaliação, há seis meses, os juízes decretaram que a prática chinesa era ilegal. Mas a China apelou e esperava reverter a condenação, o que não se confirmou.

Brasil. Para o lobby industrial europeu, porém, a vitória serve de alerta para o Brasil e outros emergentes de que terão de manter seus mercados abertos. Um projeto de lei no Brasil debateu no ano passado a imposição de uma taxa de 10% para a exportação de minério de ferro, o que levou a indústria europeia a avaliar uma queixa na **OMC**.

Em abril de 2011, o Estado revelou o projeto do governo que tentava criar um imposto sobre a exportação de minério de ferro, para tentar aumentar o investimento na siderurgia nacional.

O Brasil, em sua participação no caso como terceira parte, usou a alegação do interesse nacional como um argumento que legitimaria a restrição, mesmo argumento chinês. "Nada nos acordos da **OMC** aparenta impor o uso compartilhado dos recursos naturais do mundo como uma obrigação", afirmou o Brasil, nos documentos entregues aos juízes. "Portanto, o direito de um país considerar suas próprias necessidades de desenvolvimento no uso de seus recursos está endossado pela **OMC**", concluiu o Itamaraty.

Alerta. Ontem, tanto Washington como Bruxelas deixaram claro que querem usar a vitória como forma de alertar os países a não embarcarem em projetos similares. "O resultado é um grande sucesso para nosso esforço de garantir acesso justo a matérias-primas", disse o comissário de Comércio da União Europeia (UE), Karel De Gucht. Para ele, a vitória de ontem vale pelo menos €1 bilhão ao ano. Mas alerta que a decisão tem um impacto bem mais amplo.

A vitória de ontem pode abrir uma nova ofensiva de Bruxelas e Washington contra as barreiras que a China coloca na exportação de terras raras e que é fundamental para a produção de carros híbridos, celulares e aviões.

Continuação: Governo da China perde batalha na OMC

A UE, ontem, foi a primeira a alertar para essa possibilidade de uma nova guerra. " A UE continua preocupada com o uso de restrições a exportação na China para terras raras e outras matérias- primas para a indústria", declarou o bloco europeu, em um comunicado. Os chineses, que fornecem 95% de terras raras no mundo, impuseram uma sobretaxa de 40% para quem quiser fornecer o material para empresas de fora.

Intensificação Nos últimos anos, a batalha entre os governos por recursos naturais ganhou uma nova dimensão com a rápida industrialização da China, Índia, Brasil e de outros países emergentes.

Diplomacia alternativa

NOTAS & INFORMAÇÕES

O governo brasileiro continua fazendo diplomacia alternativa, como se isso fizesse grande diferença para o mundo ou - mais importante - produzisse algum benefício para o País. Sábado passado, representantes do Brasil, da Índia e da África do Sul emitiram um comunicado para manifestar sua preocupação diante da crise global e para cobrar a conclusão, no menor prazo possível, da Rodada Doha de negociações comerciais - como se esse projeto tivesse algum sentido prático neste momento. O fantástico documento foi o resultado de uma conferência entre o chanceler Antônio Patriota, e os ministros indiano e sul-africano do Comércio, Anand Sharma e Rob Davies. O texto foi pomposamente apresentado como Declaração final do Encontro Ministerial Índia-Brasil-África do Sul (**Ibas**) à margem do Fórum Econômico Mundial.

A criação do Ibas foi uma das muitas manifestações do terceiro- mundismo erigido como orientação da política externa pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Político astuto e indiscutivelmente hábil no plano interno, o presidente Lula se comportou, no cenário internacional, como se nunca houvesse deixado o palanque de Vila Euclides. Sua concepção de diplomacia reflete uma visão muito simples do mundo, temperada pelo esquerdismo provinciano de assessores de sua confiança. Um deles chegou a qualificar a Rússia como um país "geograficamente do Norte e geopoliticamente do Sul". Essa percepção do jogo internacional explica as parcerias "estratégicas" concebidas a partir de 2003. Não por acaso o documento do Ibas termina com uma reafirmação da "fé na cooperação Sul-Sul, uma parceria entre iguais".

Os ganhos políticos e econômicos obtidos com essa parceria são conhecidos. Os africanos votaram no francês Pascal Lamy, quando o Brasil apresentou um candidato a diretor-geral da **OMC**. O apoio foi mínimo, na vizinhança, quando um brasileiro disputou a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conquistada por um colombiano. O

governo chinês jamais apoiou a pretensão brasileira a um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. Latino-americanos também têm recusado esse apoio. É longa a lista de exemplos semelhantes. Mas a reunião do Ibas no sábado passado fornece elementos suficientes para uma avaliação da diplomacia alternativa.

Em primeiro lugar, as divergências entre Índia e Brasil contribuíram para o impasse final da Rodada Doha. Houve outros fatores, mas as diferenças entre os interesses comerciais do Brasil e de outros emergentes tiveram peso considerável. Só com muita ingenuidade e desinformação se poderia atribuir o fracasso da rodada a divergências entre Norte e Sul. Insistir na ideia de comunidade de interesses dos membros do Ibas é brigar com os fatos.

Em segundo lugar, insistir na retomada urgente da rodada é uma pueril demonstração de irrealismo. No mesmo dia, o Fórum Econômico Mundial realizou um painel intitulado "Depois de Doha: o Futuro do **Comércio Internacional**". Uma das personalidades mais interessadas na continuação das negociações, o diretor da **OMC**, Pascal Lamy, negou qualquer possibilidade de um empreendimento dessa envergadura no futuro previsível. Falta, segundo ele, a energia política necessária para isso. Mas é possível, ressaltou, tocar negociações multilaterais menos ambiciosas.

Em terceiro lugar, foi simplesmente grotesca a ideia de realizar em Davos, "à margem da reunião do Fórum Econômico Mundial", um encontro para manifestar preocupação diante da crise. Foi esse o tema dominante da reunião, durante a semana toda, e dezenas de chefes de governo, ministros, acadêmicos, financistas, empresários e sindicalistas discutiram o quadro internacional, principalmente o europeu, debateram soluções e participaram de um intenso e às vezes áspero jogo de pressões. O Brasil, or-

Continuação: Diplomacia alternativa

gulhosamente apontado como a sexta maior economia do mundo, ficou fora desse jogo, envolvido na obscuridade e na irrelevância da diplomacia alternativa. País importante pratica diplomacia de adulto. O Brasil já fez isso em outros tempos.

Brasil, Índia e África do Sul emitem documento que reproduz uma diplomacia natimorta

Cai parcela da dívida pública ligada à taxa básica de juro

PODER

LORENNA RODRIGUES

Percentual de títulos remunerados pela Selic é o menor da história

Mudança permite ao governo calcular melhor quanto vai gastar com a dívida e eleva margem de manobra do BC

A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.

A fatia desses papéis caiu pelo segundo ano consecutivo, fechando 2011 em 30,1%, contra 31,6% no ano anterior.

A queda indica uma melhora no perfil da dívida, já que, na outra ponta, aumentaram as participações de títulos prefixados (que passaram de 36,6% em 2010 para 37,2% no ano passado) e atrelados a índices de preços (de 26,6% para 28,3%).

Isso ajuda a governo por dois lados. Primeiro, por dar mais previsibilidade em relação ao que será pago em juros da dívida, já que o investidor receberá um percentual determinado previamente ou calculado pela variação da inflação, cuja meta é divulgada todos os anos.

Além disso, dará maior margem de manobra para as ações do Banco Central, que poderá aumentar a Selic sem que isso se reflita em um aumento da dívida pública.

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, disse à **Folha** que a meta é baixar ainda mais o patamar dos papéis atrelados à Selic.

Para reduzir a participação desses papéis, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para impedir que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Para o economista Felipe Salto, da Consultoria Tendências, é necessário o governo manter os gastos sob controle para dar espaço ao Banco Central para cortar juros, o que fará com que a demanda por esses papéis caia.

"Se as expectativas começarem a ficar mais fortes com relação a uma alta da Selic, essa queda [na fatia dos títulos na dívida] pode ser temporária", explica.

Também segundo dados divulgados ontem, no ano passado a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhões. O aumento foi de R\$ 172,4 bilhões em 2011. No ano anterior, o crescimento havia sido de 13,15%.

(continuação de: Cai parcela da dívida pública ligada à taxa básica de juro)

Inflação é o que mais preocupa o brasileiro, diz CNI

PODER

MAELI PRADO

A inflação se mantém como a principal preocupação do consumidor brasileiro, mostra pesquisa divulgada ontem pela **CNI (Confederação Nacional da Indústria)**.

O levantamento, que mede a expectativa em relação à economia, aponta que 54% acreditam que a inflação vai aumentar nos próximos seis meses, enquanto que outros 15% afirmam que os preços vão crescer muito.

O indicador está 4,3% menor em comparação ao mês passado e 7,4% inferior ao registrado em janeiro de 2011, o que sinaliza aumento do pessimismo com a evolução dos preços.

Já a preocupação com o desemprego reduziu em relação a dezembro, já que o índice foi 5,1% maior (quanto maior o índice, menor o medo de ficar desempregado).

(continuação de: Cai parcela da dívida pública ligada à taxa básica de juro)

Mercado reage a BC e prevê juros maiores em 2013

PODER

MARIANA CARNEIRO

A taxa de juros deve chegar a um dígito neste ano, como avisou o Banco Central na semana passada. Mas, afirmam economistas, são poucas as chances de que permaneça neste patamar.

Na ata da sua última reunião, divulgada na semana passada, os diretores do BC indicaram que é possível à economia brasileira conviver com taxas de juros mais baixas sem gerar inflação.

Cálculos feitos pela economista Silvia Matos, da FGV, mostram que a taxa de juros descontada a inflação (taxa real) saiu de uma média de 13,90% entre 2000 e 2003 para 5,89% nos últimos dois anos. Sinal de que houve uma mudança de patamar dos juros na economia brasileira.

A taxa real é a que efetivamente representa o custo das empresas ao investir e é o parâmetro para bancos emprestarem aos consumidores. A média dos países emergentes é algo entre 2% e 3%.

Em janeiro, a taxa real do Brasil está em torno de 4,5%, pouco mais alta do que a do final do ano, porém mais baixa do que a verificada em 2009, quando o BC levou os juros a inéditos 8,75%.

Naquela época, assim que a economia retomou o crescimento, os juros tiveram que ser elevados para conter a inflação. O temor é que isso também ocorra agora, entre o fim de 2012 e 2013.

Depois da ata, analistas revisaram para cima a estimativa para a taxa de juros no ano que vem. Segundo pesquisa Focus divulgada ontem, a previsão é

que a taxa volte para 10,38%, depois de cair para 9,5% neste ano. Hoje, ela está em 10,5%.

Isso significa que os juros reais voltarão a superar 5% em 2013, o que para muitos economistas é o atual piso da taxa de juros de equilíbrio brasileira - patamar que não gera inflação alta e permite o crescimento econômico.

É preciso esclarecer que calcular este piso de juros não é preciso. Leva-se em conta supostos pontos de pressão que aumentam à medida que a economia cresce, como a falta de mão de obra.

Para Gustavo Loyola, ex-diretor do BC e atual sócio da consultoria Tendências, a redução dos juros na última década é resultado de repetidos esforços de contenção de despesas públicas que levaram a um recuo na dívida do país. Menos endividado, o país pode pagar juros menores.

Entretanto, alerta, de nada adianta ter juros reais baixos e inflação mais elevada.

"No Brasil, controle de inflação significa cumprir a meta [de 4,5% para este ano]", afirma. "Pode ser que [o BC] consiga baixar a um dígito, mas as chances de ter que subir os juros no ano que vem são grandes", diz.

Já para Bráulio Borges, economista-chefe da consultoria LCA, é possível chegar aos 2% de juros reais almejados pelo governo, desde que se avance no corte de gastos públicos. "Vai depender da política fiscal se os juros vão subir em 2013", afirma.

Benjamin Steinbruch

BENJAMIN STEINBRUCH

Benjamin Steinbruch

Buscar a eficiência

A sociedade dará suporte à presidente para que faça uma reforma e reduza o número de ministérios

Há duas maneiras de olhar o atual momento da economia global. A primeira, catastrofista, prevê que a crise em breve atingirá sem piedade toda a economia, Brasil incluído. Para essa corrente, o desastre final viria com a queda brusca na produção da China, que ainda cresceu 9,2% no ano passado.

Nesse momento, haveria um baque geral que faria lembrar a grande depressão dos anos 1930. Aí então seria a hora de uma reforma do sistema capitalista.

A segunda maneira é mais otimista. Vê a China e os demais emergentes, Brasil incluído, sustentando o consumo e dando tempo para que os países europeus reorganizem suas economias e reestruturem suas dívidas. Essa corrente acredita que o governo chinês não permitirá que a taxa anual de expansão do PIB caia abaixo de 8% ou 9%, até porque isso poderia gerar conflitos sociais no país. E argumenta que, segundo as previsões do próprio FMI, neste ano a economia mundial vai crescer 3,2%, e a dos EUA, 2%.

Prefiro me enquadrar no segundo grupo e fixo o olhar principalmente no setor interno da economia.

O objetivo de qualquer política econômica é prover emprego e renda aos cidadãos, para que possam viver com conforto e realizar seus sonhos. Em 2011, o Brasil criou quase 2 milhões de empregos formais e o mercado de trabalho continua aquecido.

Apesar disso, a tendência geral de queda de ritmo econômico já é visível a olho nu. Alguns setores so-

frem bastante com o pesado impacto do câmbio, que torna mais caro seu produto de exportação e mais barato o concorrente importado.

A desindustrialização é um fato, chamem isso como quiserem. E há setores altamente estocados neste momento, quadro pouco estimulador de novos investimentos.

Não é hora de ficar de braços cruzados à espera da reação da economia. Essa tendência perigosa precisa ser revertida. Alguns instrumentos incentivadores do consumo interno já foram ativados, entre eles as reduções da taxa de juros, mas a dose não foi suficiente. Mais do que isso, porém, é indispensável a adoção de mudanças para destravar investimentos do setor público.

A presidente Dilma Rousseff, em seu primeiro ano de governo, já deu demonstrações de que é uma boa gestora. Mas ela não tem como cobrar eficiência e produtividade com tantos ministérios e com o domínio político de muitos deles. A sociedade dará suporte à presidente para que faça uma reforma e reduza talvez à metade o número de ministérios, que hoje são 38, incluindo as secretarias com status ministerial.

Trata-se de um número exagerado - há 20 nos Estados Unidos, 30 na França, 15 na Argentina e na Alemanha, 34 na China e 22 no Chile.

Para deslançar investimentos, a atuação dos ministérios deve ser preponderantemente técnica e gerencial, deixando de lado a ação política, tarefa para o Congresso. A disputa por ministérios faz parte do jogo democrático, mas é preciso impor limites às nomeações partidárias e à disputa de cargos.

O momento vivido pelo país, com enormes deficiências de infraestrutura e diante da proximidade de dois grandes eventos internacionais, a Copa e a

Continuação: Benjamin Steinbruch

Olimpíada, exige a adoção de comando centralizado para sustentar os investimentos públicos.

A presidente Dilma teria certamente apoio incondicional da sociedade para criar um superministério de Infraestrutura, que substituiria outros cinco ou seis ministérios, para centralizar as estratégias de médio e longo prazo no país. Controlado e gerido de forma técnica, sem ingerências políticas, esse superministério poderia desenroscar investimentos públicos altamente prejudicados por inabilidades, burocracias indesejáveis e custos elevados.

O momento de incerteza -seja catastrofista, seja otimista a avaliação do analista a respeito da crise global- exige duas atitudes. Primeira: manutenção de políticas monetárias realistas. Segunda: atuação firme do governo para tocar investimentos públicos e cortar gastos correntes, como os necessários para sustentar um número exagerado de ministérios e seus funcionários.

Se isso for feito, o Brasil terá chance de continuar a se diferenciar no enfrentamento da crise, como vem ocorrendo nos últimos anos.

Até na indústria, a desigualdade impera no desempenho dos setores

ECONOMIA

Produção de eletrônico cai 36%, já a de cosméticos sobe 10% e a de bebidas, 21%

Henrique Gomes Batista henrique.batista@oglobo.com.br

A indústria brasileira nunca esteve tão desigual como nessa crise que o setor enfrenta. Após um ano pí-fio, em que cresceu menos de 1% e abaixo de toda a economia (o IBGE divulga hoje os resultados fechados de 2011), o setor está produzindo 3,2% menos que em setembro de 2008, antes da crise do Lehman Brothers e espécie de ápice da produção do segmento no Brasil. Mas o desempenho é desigual. Enquanto os setores de material eletrônico e equipamentos de comunicações encolheram impressionantes 36% nestes 38 meses - ou seja, estão produzindo um terço menos que em setembro de 2008 -, e mais três registram queda na casa dos 20% (têxtil, calçados e artigos de couro e máquinas, equipamentos e material elétrico), outros segmentos crescem fortemente. O ramo de bebidas está com a produção 21,50% maior, o de equipamentos médico-hospitalares, 11,73% e o de perfumaria, higiene e limpeza, 10,56%.

André Macedo, gerente da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, afirma que esses números mostram que o segmento está vivendo um momento muito desigual:

- Em geral estão em melhores condições os segmentos que são mais protegidos da importação e que se beneficiam do aumento da renda e do consumo interno, além dos que investiram mais em inovação - conta.

Flávio Castelo Branco, economista da **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, afirma que essa heterogeneidade entre os setores in-

dustriais é uma realidade que pode se agravar:

- O setor vive uma dispersão muito grande de setores e isso pode se intensificar em 2012.

.Produto orgânico ganha valor aos olhos do consumidor

Para ele, o governo não enfrenta os verdadeiros motivos da redução da competitividade brasileira e mesmo medidas paliativas, como as presentes no programa Brasil Maior, em sua opinião, demoram para sair do papel.

Mas se os altos custos, a invasão de importados e os problemas de infraestrutura afetam todo o país, porque alguns setores industriais conseguiram se sair tão bem? A inovação pode ser uma resposta. Segundo Castelo Branco, há segmentos altamente inovadores, como a indústria de cosmético e perfumaria e fármacos.

- Em 2011 devemos ter superado o Japão e nos tornado o segundo maior mercado mundial de produtos de higiene e cosméticos, perdendo apenas para os Estados Unidos, que devemos superar em 2015 - afirmou João Carlos Basilio, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec).

Segundo Basilio, cerca de 35% do faturamento das empresas decorrem de produtos lançados um ano antes. Ele citou como exemplo o ramo de desodorantes:

- Agora, sim, há produtos diferenciados para homens e mulheres, e uma variedade incrível de xampus.

Essa é a realidade, por exemplo, da Niely, fabricante de produtos de beleza de Nova Iguaçu. A empresa há

Continuação: Até na indústria, a desigualdade impera no desempenho dos setores

alguns anos desbancou multinacionais no mercado de coloração e não para de investir para aumentar sua participação.

- O investimento em pesquisa e lançamentos de produtos tem um custo alto. Porém, esse investimento tem mais importância do que em mídia e celebridade - afirma Daniel de Jesus, presidente da empresa que deve faturar R\$600 milhões neste ano e que está investindo R\$50 milhões em uma nova fábrica.

Nessa busca por diferencial, o produto nacional pode ser um importante chamariz:

- Exportamos ativos para grandes empresas no exterior, e só agora, o consumidor e o empresário brasileiro começam a dar valor para produtos nacionais e orgânicos. Alguns desses produtos podem até ser um pouco mais caros, mas trazem um valor agregado altíssimo, que faz a diferença no setor - afirma Filipe Sabará, diretor de negócios da Beraca, empresa líder no fornecimento de ingredientes naturais e orgânicos da biodiversidade brasileira.

Gabriela Onofre, diretora de Assuntos Corporativos da P&G Brasil, responsável por marcas como Pantene, confirma que o Brasil cresce de importância e que a inovação é a chave para o sucesso:

- A busca por produtos novos é constante, precisamos atender ao consumidor.

.Dificuldade de importação protege alguns ramos

O mesmo ocorre em outro setor que vive um bom momento: o farmacêutico. A Hebron Farmacêutica, empresa de Caruaru que agora começa a produzir nos Estados Unidos, cresceu com os investimentos em inovação em fitoterápicos (medicamentos à base de plantas). "Dedicamos 5% do faturamento bruto da empresa e nossa meta em cinco anos é chegar a 15%", informou por e-mail a empresa, que espera faturar R\$200 milhões até 2014.

Júlio Sérgio Gomes de Almeida, diretor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, afirma que o sucesso de alguns setores, como bebidas, decorre da impossibilidade de importar grandes quantidades para abastecer esse segmento:

- O consumo cresce, e as importações de cerveja, também, porém nunca será em escala suficiente para abastecer todo o mercado local.

EUA vencem ação contra China na OMC

ECONOMIA

Órgão condena restrições à exportação de matérias-primas de uso industrial

Do New York Times

HONG KONG. Um painel da **Organização Mundial do Comércio (OMC)** determinou ontem que a China desmonte seu sistema de taxação e cotas de exportações sobre minérios usados amplamente em setores industriais. A decisão atende a uma ação movida em 2009 por EUA, União Europeia (UE) e México. As restrições chinesas às exportações dessas matérias-primas foram consideradas pelo Corpo de Apelação da **OMC** como uma forma de concorrência desleal.

O revés de Pequim poderá abrir um precedente importante para outros países questionarem restrições de exportação de outros recursos naturais, inclusive metais raros, que são cruciais em muitas tecnologias modernas, disseram especialistas em comércio. Em uma decisão acompanhada com interesse, o Corpo de Apelação da **OMC**, sua mais alta instância, considerou que a China distorceu o **comércio in-**

ternacional por meio das políticas de exportação que mantém sobre bauxita, zinco, fósforo e outras seis matérias-primas industriais.

Em sua decisão, anunciada ontem, o Corpo de Apelação afirmou que as barreiras às exportações pela China estavam prejudicando o **comércio internacional**, e essas políticas terão de ser eliminadas.

- Essa é uma vitória maior para os EUA - disse James Bacchus, ex-presidente do Corpo de Apelação e atual conselheiro do governo americano em comércio exterior.

Segundo ele, a China deverá acatar a decisão da **OMC**. O país tem um histórico de aceitar decisões adversas, por considerar que precisa do acesso aos mercados estrangeiros que a **OMC** provê.

A China não comentou a sentença. Já Ron Kirk, representante comercial dos EUA, disse em um comunicado que a "decisão garante o acesso das indústrias às matérias-primas necessárias".

Variações do Estado-capitalismo

PONTO FINAL

Marcos Troyjo, Diretor do BricLab da Columbia University e professor do Ibmec

O principal ponto de discussão do Fórum Econômico de Davos foi o capitalismo de Estado. A tradicional revista *The Economist* sua edição da semana passada e isto ajudou a sublinhar o interesse pela questão. O fato é que tanto a própria noção de capitalismo como a ideia de capitalismo de Estado representam conceitos demasiado amplos. Comportam realidades tão diferentes como China ou Cingapura, Brasil ou Rússia. É bom lembrar que diferentes países implementam sua interpretação de capitalismo de Estado sobre as bases de ordens políticas diversas. O Brasil de hoje conta com pujante sociedade civil, imprensa vigilante e livre, pleno direito à crítica e sufrágio universal. Na China, o capitalismo de Estado se dá sobre estruturas de imobilismo e (forçada) coesão. O projeto nacional chinês de poder, prosperidade e prestígio é mais importante do que a livre movimentação e expressão política dos atores sociais.

É possível, sim, vislumbrar dois submodelos majoritários de aplicação de ferramentas estado-capitalistas, sobretudo em termos de estratégia econômica. Os dois países que oferecem os elementos mais facilmente identificáveis são justamente a China e o Brasil. O capitalismo de Estado chinês foi marcado por baixa remuneração dos fatores de produção, acesso favorecido aos principais mercados compradores do mundo, grande capacidade de acúmulo de poupança e investimento nas mãos do Estado, parcerias público-privadas voltadas à infraestrutura e logística de comércio exterior, e uma combativa diplomacia empresarial. O ca-

pitalismo de Estado no Brasil desenhado no período Lula-Dilma é marcado pelo bom-mocismo conservador na gestão macroeconômica, elevadas **barreiras tarifárias** a importações, fortalecimento das megacorporações de economia mista que atuam em **commodities** agrícolas e minerais, **política industrial** defensiva e, por último, remuneração do capital financeiro (apesar da progressiva queda de juros) em níveis bem superiores às taxas praticadas ao redor do mundo - de modo a compensar os esquilidos níveis de poupança e investimento internos, ambos inferiores a 20% do PIB.

O modelo chinês e o brasileiro têm pontos de crescente aproximação. Isto é acentuado pela natureza da presente crise internacional, com arrefecimento relativo da economia dos EUA e da Europa, e os grandes níveis de reservas cambiais, hoje à ordem de US\$ 4,5 trilhões acumulados pelos Brics. Esta aproximação se dá sobretudo pela noção de local-contentismo, de que tratei na última coluna. A propósito, o principal estereótipo da competitividade chinesa - a baixa remuneração da mão de obra - já está caduco. Economias como o Vietnã ou mesmo países africanos já oferecem mais atrativos neste particular do que a China.

O que marca a China contemporânea é a turbinada capacidade de realizar compras governamentais ou celebrar contratos internacionais exigindo, como contrapartida do parceiro estrangeiro, a instalação de unidades produtivas em território chinês. Neste sentido, é grande a coincidência com o modelo brasileiro de local-contentismo, que concentra o poder do Estado, suas autarquias e das grandes empresas de economia mista e em favor da atração de investimentos

Continuação: Variações do Estado-capitalismo

estrangeiros diretos.

da mão de obra - já está caduco. Vietnã e países africanos já oferecem mais atrativos neste particular

O principal estereótipo chinês - a baixa remuneração

Índice remissivo de assuntos

**Temas de Interesse | Seção Economia -
mídia nacional**
4, 5, 6, 7, 8, 17

**Temas de Interesse | Comércio In-
ternacional**
4, 6, 8, 10, 19, 20

CNI
5, 6, 13, 17

CNI | MDIC
6

Federações | FIESP
6

Temas de Interesse | IBAS
10

Veja mais
12

Temas de Interesse
14

Temas de Interesse | Artigos
15

Temas de Interesse | Indústria
20